

João do Rio e a Pobreza na Cidade: uma leitura de *A Alma Encantadora das Ruas*

Denise da Costa Oliveira

Na virada do século XIX para o XX, o Rio de Janeiro vivia paradoxalmente momentos de sonho e de pobreza. Tendo como modelo a “Belle Époque” parisiense, a cidade sofria a transição para uma ordem capitalista urbana. Naquele momento, começava a se constituir um mercado de trabalho industrial e urbano no Rio e em São Paulo baseado na mão-de-obra livre, formada por imigrantes e ex-escravos, enquanto acentuava-se a formação de classes pobres no território urbano.

Com poucas exceções, como Lima Barreto e Euclides da Cunha, os escritores e jornalistas se dedicavam a produzir para a elite carioca, seguindo padrões estéticos europeus e ignorando a marginalidade social. Na contramão dos estilos, mas, também sob influência francesa, o escritor e repórter João Paulo Barreto, ou João do Rio, parafraseou Baudelaire e tornou-se “flâneur”, vagando pelas ruas da cidade e observando parcelas da sociedade que raramente freqüentavam a literatura e o jornalismo.

João do Rio foi um dos poucos que, na época, escreveu sobre a pobreza na cidade. No livro *A alma encantadora das ruas*, o mesmo autor dedica um capítulo ao tema intitulando-o de Três aspectos da miséria. Através de suas crônicas, com base em leituras das áreas de sociologia e história, pode-se reconstruir características da pobreza no Rio de Janeiro da “Belle Époque”.

João do Rio e a reportagem

Para valorizar a obra de João do Rio (1881-1921), faz-se necessário deixar de lado os instrumentos críticos da análise literária e redescobrir sua contribuição jornalística. Por esse ângulo, João do Rio pode ser considerado o cronista e o repórter dos primeiros anos do século XX, no Rio de Janeiro. Entre suas obras estão livros de crônicas e reportagens, entrevistas, contos, um romance, peças de teatro, conferências e narrações de viagens.

João do Rio sofreu influência do realismo do escritor português Eça de Queiroz, do inglês Oscar Wilde e do francês Charles Baudelaire. Seu primeiro livro, *As religiões do Rio*, de 1904, causou polêmica revelando cultos e crenças não considerados pela literatura do período. Mas, foi seu segundo livro, *A alma encantadora das ruas*, de 1908, que trouxe elementos mais inusitados, relevando aspectos que chocaram a “Belle Époque” carioca. Nele, “João do Rio pinta uma cidade bem diferente daquela divulgada pelo governo e a classe dominante. Fala da pobreza, de vícios e outras mazelas que o vento da modernidade tenta expulsar do centro da cidade e esconder nos subúrbios e favelas”. (Silva, 1993, p.4).

Capital Federal, o Rio de Janeiro era centro político, comercial e populacional do país. Nesse contexto, o projeto “Rio Civiliza-se” empolgava setores mais abastados da sociedade e implicava na importação de costumes e produtos da América, e principalmente, da Europa. Seguindo essa linha de pensamento, como poderia o Rio de Janeiro, tão “semelhante” às metrópoles do hemisfério Norte, comportar a situação de miséria e insalubridade descrita por João do Rio, contrariando as idéias difundidas pela “Belle Époque”?

João do Rio não responde essa questão, mas mostra as várias formas da pobreza a partir do emprego de técnicas americanas, também importadas: a reportagem e a entrevista. Sua observação participante provoca o início da transformação da folha literária em jornal informativo. As práticas desenvolvidas por ele influenciam o texto e a postura jornalística, como explicita Cremilda Medina: “*Religiões do Rio, Alma encantadora das ruas, Vida vertiginosa, Cinematógrafo, Os dias passam*, livros que reúnem as reportagens de Paulo Barreto, oferecem, no meio de certos artificialismos estilísticos e imperfeições técnicas, aquilo que caracteriza o jornal moderno - informações”. (Medina, 1988, p.59)

João do Rio se situa em uma cidade em remodelação. O Rio de Janeiro de 1900, das primeiras casas de chope, dos cabarés, das

agremiações literárias, da Avenida Central como símbolo do “Rio Civiliza-se”, convive com miseráveis trabalhadores explorados da estiva, mulheres mendigas e com a fome. Nas palavras de Solis e Ribeiro, “a vida na Capital Federal nem sempre correspondia a imagens que, a partir de um certo momento, seriam difundidas pelos postais. Pelo contrário, as “maravilhas” da cidade tropical eram privilégio da minoria que detinha alguma forma de capital e a burocracia do Estado”. (1985, p.46)

Em suas investigações sobre os componentes da cidade, João do Rio revelou à “Belle Époque” um universo de personagens sobrevivendo em condições incompatíveis com o modelo social que alguns grupos tentavam impor. O Rio de Janeiro foi seu assunto e cenário permanente e os aspectos da vida cotidiana carioca nas duas primeiras décadas do século XX foram seu tema. Analisando seus textos, Luis Martins comenta que “sua obra de cronista, de repórter, de comentarista social é prodigiosa” (1971, p.14). Para Martins, se em alguns livros, como no *Pall-Mall Rio de José Antonio José*, de 1917, João do Rio “foi o cronista frívolo de vida mundana, em outros livros mais sérios contou a miséria anônima das ruas, denunciou as condições miseráveis do proletariado na época e condenou a injustiça social”. (Martins, 1971, p.14)

A literatura do início do século XX refletia a mudança da boemia do século XIX, característica do romantismo, para o modernismo, movimento que começava a tomar forma. O jornal, por sua vez, se definia paulatinamente como indústria-cultural, perdendo sua característica essencialmente política. A soma desses aspectos explica, em parte, a filosofia de João do Rio no Rio de Janeiro em transformação, com o automóvel, o cinema e o repúdio ao “ar colonial” da cidade.

As obras do prefeito Pereira Passos, que visavam a urbanizar a cidade, davam-lhe uma aparência de metrópole moderna. Conforme associa Martins, “a presidência de Rodrigues Alves transformara bruscamente a velha cidade imperial, de ruas tortas e

■ ARTIGOS

estreitas, de hábitos lentos, morigerados e patriarcais, numa metrópole moderna, de largas e amplas avenidas revolucionando os costumes e criando uma nova mentalidade de progresso. A pulsação da vida atingia um ritmo de febre” (1971, p.13).

Nesse mesmo período também ocorria a adesão da intelectualidade brasileira à teoria evolucionista de Darwin. Essa concepção entendia e julgava a população nativa brasileira como inferior e responsável pela manutenção do “ar colonial” da cidade. Foi esse, aliás, um dos argumentos empregados a fim de explicar o projeto de reconstrução da capital que, ao ser urbanizada, distanciou as classes subalternas do centro urbano. Tais grupos sociais foram empurrados para os subúrbios ou para os morros.

Paralelamente, a leitura positivista da República contribuía para o reforço da postura tecnocrática e autoritária. Várias medidas, irrealistas para a época, deixavam transparecer a preocupação com o controle da população marginal da cidade e dos operários que iam sendo enquadrados ao esquema da sociedade ordenada pelo trabalho.

Rio de Janeiro, 1900: cenário de pobreza e luxo

De acordo com Lícia Valladares, somente no século XIX a pobreza urbana emergiu como problema maior aos olhos da elite nacional, acompanhando o processo de transição da sociedade brasileira para uma ordem capitalista e no contexto de uma urbanização incipiente, porém, centrada num grande centro urbano - o Rio de Janeiro (1991, p.84).

Assim como ocorrera em alguns países europeus, foi a questão sanitário-higienista que propiciou, no Brasil, o despertar para as precárias condições de vida de amplos segmentos da população que viviam nos centros urbanos impulsionados pela indústria. Pode-se fazer a analogia de que o Rio de Janeiro, com mais de 500 mil habitantes, era tão insalubre quanto Londres e Paris no século XIX. Segundo dados recolhidos por José Murilo de Carvalho, “o Rio possuía, em 1888, 1331 estalagens e 18866 quartos de aluguel, em que moravam 46680 pessoas, incluindo todo o vasto contingente do mundo da desordem.”(1991,p.36).

A capital brasileira era infectada por epidemias de febre amarela, peste, cólera e de varíola que se propagavam devido às condições de higiene da população. As habitações coletivas sem o apropriado saneamento e falta de água contribuía no processo. Nesse contexto, os médicos assumiram papéis públicos determinantes e

seu discurso higienista passou a ser utilizado para designar a pobreza.

O objetivo higiênico da recondução dos indivíduos à tutela do Estado redefiniu as formas de convivência íntima, assinalando, a cada um dos membros da família novos papéis e novas funções. Estimulando a competição interna entre eles, freando aqui e ali os excessos individuais, dando novas significações aos vínculos entre homens, mulheres, adultos e crianças, a medicina higiênica formulou, enfim, uma ética compatível com a sobrevivência econômica e a solidez do núcleo familiar “burguês”. (Costa,1989,p.109).

O discurso sanitário abriu caminho para a intervenção sobre a pobreza gerando a proibição de construção de novos cortiços, a demolição e o fechamento de vários deles. Além disso, foi o mesmo discurso que respaldou a promoção de campanhas sanitárias (conduzidas por Oswaldo Cruz e que acabaram provocando a Revolta da Vacina) e culminou com a reforma urbana conduzida por Pereira Passos.

Em uma das crônicas de *A alma encantadora das ruas*, João do Rio conta a visita noturna a um cortiço. O repórter narra sua incursão junto com um delegado de polícia, um cabo, dois agentes secretos, um bacharel e um adido de legação a uma “hospedaria de má fama”, na Gamboa. João do Rio escreve sobre o descrédito do adido antes de presenciar a miséria na qual os moradores do cortiço viviam: “o adido assegurava que a miséria só na Europa - porque a miséria é proporcional à civilização”.

No relato, depois de presenciar a sujeira, a falta de saneamento e o “mau cheiro intenso”, o delegado ordena uma inspeção aos fundos do cortiço. Nas palavras de João do Rio, “foi aí então que vimos o sofrer inconsciente e o último grau da miséria. O hospedeiro torpe dizia que por ali dormiam alguns de favor, mas pelo corredor estreito, em derredor da sentina, no trecho do quintal, cheio de trapos e de lama, nas lajes, os mendigos, faces escaveiradas e sujas, acordavam num clamor erguendo as mãos para o ar. E de tal forma a treva se ligava a esses espetros da vida que o quadro parecia formar um todo homogêneo e irreal”. (1991, p.123).

Em outra crônica, *As mariposas do luxo*, João do Rio relata o passeio das operárias saindo do local de trabalho e parando em frente às vitrines de produtos importados. “Como são feios os operários ao lado dos mocinhos bonitos!”, compara o autor. E opinando sobre as trabalhadoras: “Elas, coitadinhas! passam todos os dias a essa hora indecisa e parecem sempre passaros

assustados, tontos de luxo, inebriados de olhar. Que lhes destina no seu mistério a Vida cruel? Trabalho, trabalho.”(Rio,1991,p.102).

Assim é suscitada a questão da pouca probabilidade de ascensão social dessas mulheres. Como elas, os homens da estiva também tinham pouca (ou nenhuma) oportunidade de ascender social e economicamente. O trabalho físico intenso e o baixo valor do salário, aliados à pouca alimentação, nem sempre permitiam que os imigrantes juntassem o suficiente para pagar a passagem de volta para seus países.

As condições de trabalho não eram boas e não havia leis protegendo o trabalhador. João do Rio registrou o depoimento de um estivador: “Os patrões não querem saber se ficamos inúteis pelo excesso de serviço. Olhe, vá à Marítima, ao Mercado. Encontrará muitos dos nossos arrebentados, esmolando, apanhando os restos de comida. Quando se aproximam das casas às quais deram toda a vida correm-nos!” (Rio,1991,p.111).

João do Rio também escreve sobre a organização dos trabalhadores na União dos Operários Estivadores e sobre os “estatutos que defendem habilmente o seu nobre fim”. O autor não retrata os trabalhadores apenas como submissos, mas, mostra a opinião de alguns dos que tinham consciência das desigualdades sociais do momento. Um operário desabafa com o cronista: “O problema social não tem razão de ser aqui? Os senhores não sabem que este país é rico, mas que se morre de fome? É mais fácil estojar um trabalhador que um larápio? O capital está nas mãos de um grupo restrito e há gente demais absolutamente sem trabalho”. (Rio,1991,p.110).

João do Rio relaciona a pobreza em várias crônicas com o trabalho. A miséria dos trabalhadores no início do século no Rio de Janeiro era pungente e o autor buscava os locais onde ela se concentrava. Na Fome Negra, trecho da ilha da Conceição, aglomerava-se um grupo de trabalhadores do depósito de manganês: “O manganês, que a Inglaterra cada vez mais compra ao Brasil, vem de Minas até à marítima em estrada de ferro; daí é conduzido em batelões até às ilhas Bárbaras e da Conceição, onde fica em depósitos.”(Rio,1991,p.114).

Os trabalhadores, a maioria espanhóis e portugueses, transportavam o minério de barcos para o depósito e do depósito para outros barcos. “Moravam” na ilha e por isso, eram descontentes pela “comida” e pelo barracão onde dormiam. Podiam fazer o serão noturno, receber um pouco mais por ele e, é claro, ter os devidos descontos do pão, da carne e do café servidos durante o

trabalho. “Uma vez apanhados pelo mecanismo de aços, ferros e carne humana, uma vez utensílio apropriado ao andamento da máquina, tornam-se autômatos com a teimosia de objetos movidos a vapor.” (Rio, 1991, p. 114). Como observador participante, João do Rio pergunta por que não pediam a diminuição das horas de trabalho. “Para que, se quase todos se sujeitam?” responde um. Outro, por sua vez, exclama: “Há de chegar o dia, o grande dia.”

A mudança a qual foi submetida a Capital Federal no governo de Rodrigues Alves, então presidente, e Pereira Passos, prefeito, inspirava-se na remodelação de Paris. Contudo, o objetivo de fazer do Rio de Janeiro uma “Europa possível” mudando as feições coloniais da cidade, não solucionou seus problemas sociais. Higienização, saneamento, abertura de novas avenidas e obras de reformas do cais do porto não melhoraram, por exemplo, a vida das mulheres mendigas.

Em uma de suas crônicas, o autor descreve parte da mendicância que habita a cidade. João do Rio escreve que entre os mendigos há profissionais de doenças falsas e coloca a questão de até onde vai a verdade e até onde chega a malandrice. “Os homens exploradores não têm brio. As mulheres, só quando são realmente desgraçadas é que não mentem e não fantasiam.” (Rio, 1991, p. 126).

Guiado pelo mendigo Pietro Mazzoli, o cronista-repórter observou o meio da mendicância feminina: “Há mendigas burguesas, mendigas mães de família, alugadas, dirigidas

por caftens, cegas que vêm admiravelmente bem, chaguentas lépidas, cartomantes ambulantes, vagabundas, e uma série de mulheres perdidas cuja estrela escureceu na mais aflitiva desgraça” (Rio, 1991, p. 126). No entanto, o número das realmente miseráveis, segundo o cronista, é maior: “Para estas basta um pão enlameado e um níquel; basta um copo de álcool para as ver taramelar, recordando a existência passada”. (Rio, 1991, p. 126).

São essas mulheres que, muitas vezes, geram as crianças de ruas ou “Os que começam”, para João do Rio. De acordo com ele, “não há decerto exploração mais dolorosa que a das crianças. Os homens, as mulheres ainda pantomimam a miséria para lucro próprio. As crianças são lançadas no ofício torpe pelos pais, por criaturas indignas, e crescem com o vício adaptando a curvilínea e acovardada alma da mendicância malandra”. (1991, p. 131)

Considerações finais

Domesticado politicamente e tendo seu peso político reduzido pela consolidação do sistema oligárquico de dominação, o Rio de Janeiro recebeu o papel de cartão-postal da república brasileira. Enquanto as classes mais abastadas e os literatos imbuíam-se do espírito francês da “Belle Époque”, trabalhadores miseráveis, mulheres e crianças mendigas mostravam uma outra face contrastante da cidade.

Ao mesmo tempo em que poetas sonhavam viver e morrer em Paris, João do Rio percorria as ruas da cidade durante o dia ou à madrugada, descrevendo cortiços e a pobreza urbana. Seus métodos não eram originais na América e na Europa, mas, no Brasil, foi o primeiro a empregar o processo de busca e apresentação da informação, num modo de impressionar e esclarecer o público, até então, ignorado.

As características marcantes de sua obra - a observação participante, o diálogo com as fontes e a contextualização - permitiram que o cronista revelasse elementos cotidianos da cidade com clareza. A partir deles e com base em outras leituras, pode-se concluir que a higienização do Rio de Janeiro apenas afastou do Centro os miseráveis, sem solucionar os problemas sociais (uma reflexão atenta mostra que vários deles permanecem insolúveis até o presente).

O Rio de Janeiro não passou impune pela transição para a ordem capitalista urbana. Não houve emprego para todos e a má distribuição de renda persistiu. Mas, tornou-se necessário mostrar que ex-escravos e estrangeiros podiam integrar-se ao mercado de trabalho e ascender: afinal, o

país entrava na modernidade.

João do Rio também escreveu sobre frivolidades como vários outros escritores-jornalistas. Porém, sobre pobreza poucos o fizeram. Da forma como ele fez, foi o primeiro. Seu valor está, então, em descrever a cidade em remodelação, não correspondendo à imagem oficial que dela era divulgada. João do Rio tinha a preocupação com o aspecto social em uma época em que o método sociológico ainda se afirmava e o positivismo era a força motriz na interpretação das Ciências Humanas. Encarando-o como cronista pode-se extrair de sua obra elementos exclusivos sobre o Rio de Janeiro e sua pobreza no início do século XX.

Denise da Costa Oliveira

• *Mestranda em Ciência da Informação/IBICT/ECO/UFRJ*

• *Especialista em Sociologia Urbana/UERJ*
• *Jornalista e Relações Públicas/UERJ*

Bibliografia

1. CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. SP, Cia das Letras, 1991.
2. COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. RJ, Graal, 1989.
3. MARTINS, Luis (Org. e Prefácio de). *João do Rio: uma antologia*. RJ, Instituto Nacional do Livro/Sabiá, 1971.
4. MEDINA, Cremilda. *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*. São Paulo, Summus, 1988.
5. NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical*. São Paulo, Cia das letras, 1993.
6. OLIVEIRA, Denise da Costa. *A arte de noticiar com estilo: jornalismo literário sobrevive ao tempo e se mantém nos cadernos de cultura. Tribuna da Imprensa*. RJ, 12/04/95. Caderno Tribuna Bis, p. 1.
7. OLIVEIRA, Denise da Costa. *Rio de Janeiro, jornalismo e literatura na belle époque*. Monografia de pós-graduação/especialização em Sociologia Urbana. IFCH/UERJ, 1995.
8. RIO, João do. (Paulo Barreto). *A alma encantadora das ruas*. RJ, Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, 1987.
9. SILVA, Mary Juliane de Lima da. *João do Rio - o pioneiro da reportagem no Brasil*. Monografia. FCS/UERJ, 1993.
10. SOLIS, Sidney S. e RIBEIRO, Marcus V. *O Rio onde o sol não brilha: acumulação e pobreza na transição para o capitalismo*. *Revista do Rio de Janeiro*, nº 1, dezembro de 85, p. 45-59.
11. VALLADARES, Lícia. *Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil*. In: BOSCHI, Renato (org.) *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. IUPERJ/Rio Fundo, 1991.

